

**GLOBALIZAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA
COMUNICACIONAL**

**GLOBALIZATION AND CONFIGURATION OF THE PUBLIC COMMUNICATION
SPHERE**

Recebido em: 10/04/2020

Aceito em: 20/01/2021

Heider Carlos Matos¹

Resumo: Neste artigo serão abordados o processo de globalização e sua contribuição para o surgimento de uma esfera pública comunicacional. Trataremos dos conceitos e definições das novas tecnologias, desenvolvidas na chamada Revolução informacional, considerado como a terceira revolução industrial, por proporcionar o surgimento da mídia digital e, posteriormente, com o advento da internet, das plataformas digitais (mídias e rede sociais). Discutimos o espaço no mundo global. O processo de globalização muda e percepção criando novos modos de inserção no tempo e espaço. Cria-se uma nova cultura, a cultura da globalização. Cultura esta que expõe uma cultura as outras. A globalização (com o advento da internet, com as novas tecnologias da comunicação e as mídias e redes sociais na internet) inaugura uma nova forma de se comunicar que não se prende a territorialidade. Surge uma esfera pública comunicacional, pluralista e transnacional. Esta esfera quebrou o monopólio dos meios de comunicação de massa (Revistas, Rádio e Televisão) por proporcionar uma maior liberdade de expressão e por oportunizar a produção de conteúdo e a escola das fontes de informação. A globalização tem participação direta no novo panorama da comunicação e no surgimento de uma esfera pública comunicacional.

Palavras chave: Globalização; Esfera pública; Comunicação; Mídias; Redes Sociais.

Abstract: This article will discuss the process of globalization and its contribution to the emergence of a communicational public sphere. We will address the concepts and definitions of new technologies developed in the called information revolution, regarded as the third industrial revolution, by providing the emergence of digital media and later with the advent of internet, digital platforms (media and social network). We discussed space in the global world. The process of globalization and changes perception creating new modes of insertion in time and space. You create a new culture, the culture of globalization. Culture is a culture that exposes others. Globalization (with the advent of the internet, with the new technologies of communication and media and social networking sites) inaugurates a new way to communicate that is not related to territoriality. Arises a public sphere communication, pluralistic and transnational. This ball broke the monopoly of the mass media (magazines, radio and television) to provide greater freedom of expression and create opportunities for the production of content and the school of information sources. Globalization has direct participation in the new panorama of communication and the emergence of a communicational public sphere.

Keywords: Globalization; Public sphere; Communication; Media; Social networks.

¹Mestrando em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Estácio São Luís), email:heidercarlosmatos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O dicionário *priberam* define Globalização, como um fenômeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercado. Por tanto, um processo, cultural, econômico e informacional. A globalização neoliberal estabeleceu um único modelo para países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para isso, foi preciso instituir o pluripartidarismo, abrir as economias nacionais ao exterior e consequentemente deixar livre a circulação de capitais. Por fim, proteger os investimentos estrangeiros e a propriedade intelectual, manter equilíbrio fiscal e a liberdade de imprensa (CANCLINI 2002, p. 45).

A ‘globalização’ está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, ‘globalização’ é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, “globalização” é o destino irremediável; é também um processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo ‘globalizados’ – e isso significa basicamente o mesmo para todos (BAUMAN, 1999, p. 7).

Muito se discute a respeito do início da globalização, esta teria surgido no século XVI, adquirido forma ao longo da revolução industrial e ganhado o mundo e o sentido real de globalização no fim do século XX com a revolução informacional. Com as navegações, século XVI, foi possível celebrar contratos, trocar informações e assim os países puderam expandir seus mercados. Na Revolução Industrial, com os grandes avanços na tecnologia, principalmente no setor de transportes e de máquinas, foi possível produzir mercadorias (produtos) em larga escala e transportá-las em tempo mais curto. Durante a Revolução Informacional, as inovações tecnológicas articularam um mercado em escala global.

Castells (2002) aponta o surgimento de uma economia mundial em meados do século XVI. Entretanto, afirma que a economia só ganhou características globais no século XX. “A economia mundial”, uma economia em que a acumulação de capital avança por todo o mundo, existe no Ocidente, no mínimo, desde o século XVI. Embora, o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua, sempre tentado superar limites temporais e espaciais, foi apenas no final do século XX, que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação com as políticas de desregulamentação e liberação postas em práticas pelos governos e pelas instituições internacionais.

Canclini (2007) também aponta o período como o marco inicial da economia global. Estima-se que este processo tenha iniciado por volta do século XVI, com a expansão do capitalismo e da modernidade ocidental. Entretanto, alguns autores apontam o século XX, como o século que deu início a globalização, no momento em que as inovações na tecnologia e da comunicação ganham proporções globais e articulam os mercados em escala mundial.

É neste período que o termo “globalização comunicacional” começa a ser empregado. Com as tecnologias da informação principalmente com o *boom* da televisão, com a internet e os novos meios de comunicação. Seu advento incentivou o surgimento de uma nova economia, a da comunicação/informação e influenciou o mundo contemporâneo.

Esta nova economia foi denominada, informacional, global e em rede, para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional, por que a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimentos. É global, porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercado) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede, porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. Essa economia surgiu por que a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material para sua criação (CASTELLS, 2002, p. 119).

O LOCAL NO MUNDO GLOBALIZADO

Ao mesmo tempo, em que transforma o sentido de lugar no mundo. As tecnologias da informação e da comunicação estão fazendo com que um mundo tão intercomunicado se torne cada dia mais opaco. Essa opacidade remete ao fato de que a única dimensão realmente mundial é o mercado, que, mais do que unir, busca unificar. E, atualmente, o que está unificado em nível mundial não é a vontade de liberdade, mas sim o de competitividade.

Por outro lado, a opacidade remete à densidade e compreensão informativa que introduzem a virtualidade e a velocidade em um espaço-mundo feito de redes e fluxos e não de elementos materiais. Um mundo assim configurado debilita radicalmente as fronteiras do nacional e do local, ao mesmo tempo em que converte esses territórios em pontos de acesso e

transmissão, de ativação do sentido de comunicação. O novo sentido que o local começa a ter, nada tem de incompatível com o uso das tecnologias comunicacionais e das redes informáticas. Atualmente, essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um “lugar de encontro” de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico (BARBERO *apud* MOARES 2010. p. 58-59).

Bauman (1999) diz que ser local num mundo globalizado tornou-se sinal de privação e degradação social. O desconforto da existência localizada compõe-se do fato que, com espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos (BAUMAN, 1999, p. 8).

Barbero (2010) relata que nas grandes cidades, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam territorializando-se, passando da conexão ao encontro e do encontro à ação. Há diferenças entre lógicas unificantes da globalização econômica daquelas que mundializam a cultura. O processo de mundialização é um fenômeno social total que para existir deve localizar-se, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens.

Este processo se expressa na cultura da globalização, produzindo mudanças significativas. Ou nos novos modos de inserção no tempo e espaço, com tudo o que implicam de descentralização concentradora de poder e de desenraizamento que leva à hibridação das culturas. É o que acontece quando os meios de comunicação e as tecnologias da informação se convertem em produtores e veículos da mundialização. O processo de comunicação que agora vivemos é ao mesmo tempo um movimento de potencialização da diferença e de exposição constante de cada cultura às outras (BARBERO *apud* MOARES 2010. p. 59-61).

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO

Jambeiro relata que o estado liberal (chamado estado liberal clássico) surgiu no século XIX, e tinha como funções primordiais: ordem interna, segurança nacional, relações exteriores. Com a Primeira Guerra Mundial, o estado teve de assumir novas funções. Passou, então, a fixar a quantidade de bens a serem produzidos para consumo civil e militar, a racionar alimentos e a regular preços e salários. O surgimento da União Soviética manteve os países de regime liberal como Estados fortes, por que era necessário combater o inimigo. A crise de 1929, o surgimento

do nazi-fascismo e a Segunda Guerra Mundial impediram qualquer tentativa de retorno ao estado liberal clássico. Os governos estavam compelidos a fazer a guerra e, após esta, controlar suas economias, intervindo diretamente nas atividades que fossem consideradas estratégicas no contexto da “guerra fria”, entre capitalismo e socialismo.

Somente nos anos 70, o liberalismo clássico reemergiu, com o nome de Neoliberalismo, caracterizando uma reação à interferência do estado nos negócios, sob alegação de que o crescimento do poder governamental estava afetando negativamente as liberdades individuais e a livre iniciativa. O projeto liberal evolvia os seguintes pontos: desregulamentação das atividades econômicas, privatização das propriedades do estado e estabilidade, tanto institucional quanto macroeconômica (JAMBEIRO, 2007. p. 101).

As relações de poder nas sociedades têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político, acabada a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente essas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa nas instituições e nas desigualdades econômicas na linguagem e até no corpo dos indivíduos (FOUCAULT, 1979. p. 275).

A acomodação do regime liberal-democrata, com o surgimento de novos fenômenos culturais, econômicos e políticos, advindos da chamada Sociedade da Informação aliado a crise fiscal de 1980, reforçou o conceito reformado de gestão estatal, consubstanciado no chamado Estado Regulador. Podem-se alinhar alguns dos impactos significativos desta nova configuração da sociedade sobre o Estado. Em primeiro lugar, está a dificuldade de regular o fluxo de informações e de relações entre os indivíduos, quando utilizam ferramentas como a internet. Outro impacto é a crescente exigência dos cidadãos por maior transparência governamental. Um terceiro impacto diz respeito ao risco iminente de capitais globais que se deslocam em grandes volumes e quantidade em todo o planeta graças às ferramentas atuais de comunicação e informação. Um quarto impacto ocorre no plano de ação cultural do estado, visando sua própria preservação ímpar. Por fim, há o impacto cada dia mais forte da existência e crescente fortalecimento das organizações supranacionais (JAMBEIRO, 2007. p. 104).

Os serviços de comunicações, no que se refere ao provimento de conteúdo e ao tráfego de informações, cresceram e foram regulados sob lógicas e instâncias normativas distintas. As diferentes naturezas dos serviços fizeram com que a telefonia fosse regulada prioritariamente

em relação à distribuição/transporte de informações e a radiodifusão em relação ao conteúdo. Encarado como questão estratégica nas políticas de desenvolvimento do século XX, o controle destes serviços era regido especialmente por um enfoque geopolítico e de segurança do Estado.

O conteúdo das transmissões era considerado uma transação privada e jamais foi controlado, salvo em períodos de guerra ou convulsão social. Na radiodifusão, tanto na distribuição quanto o conteúdo eram controlados pelos Estados, fosse aos modelos público/estatal ou comercial. Esta regulação incluía critérios culturais, econômicos e políticos, estando baseada em princípios diversos das telecomunicações e mais próximos à lógica aplicada anteriormente à imprensa (SANTOS, 2007 p. 51).

A informação, as comunicações, a mídia, a microeletrônica e a indústria microeletrônica passaram a ocupar um lugar central no desenvolvimento e nos processos de expansão das empresas, tanto em nível nacional quanto multinacional. O efeito imediato desta configuração foi a revisão das leis, decretos e regulamentos que normalizavam o setor, evoluindo em seguida, para processos regulatórios com visão de convergência tecnológica. Na evolução do processo, as tecnologias de informação e comunicação passaram a funcionar como fatores de superação de impedimentos históricos, particularmente de tempo e espaço, para a expansão dos negócios (JAMBEIRO, 2007. p. 100).

Jambeiro (1997) afirma que os sistemas reguladores foram adaptados na medida em que surgiram novos meios de comunicação. Na medida em que novas tecnologias deram origem a novos meios de comunicação de massa – o cinema, depois o rádio, em seguida a TV –, aqueles instrumentos e aparatos foram conseqüentemente adaptados, muitas vezes para permitir que se pudesse continuar a policiar e controlar a mídia. Os sistemas regulatórios evoluíram em seguida para evitar danos morais, regular a relação trabalhista entre empregados e proprietários dos meios, prevenir excessiva concentração de poder, licenciar frequentes de rádio e TV – particularmente nas democracias liberais da Europa ocidental e nos Estados Unidos – garantir formas de competição econômica suficiente para frustrar o estabelecimento de monopólios (JAMBEIRO *apud* SANTOS. 2007. p.52).

Apesar das distinções no mercado e na natureza da regulação, estes serviços usualmente estão incluídos dentro de um setor único, genericamente chamado de comunicações, no qual o Estado assume as funções de proprietário, promotor ou regulador. Newman, McKnight e Solomon (1998) definiram um quadro com os princípios norteadores de qualquer modelo de

regulação de telecomunicações, quanto ao poder do Estado e do setor privado, classificando-os em quatro modelos tradicionais e apresentado uma proposta (SANTOS 2007 p. 51).

Propriedade Pública (*Public ownership*) o papel do Estado abrange a propriedade e a gestão de um monopólio do setor, este modelo representa a grande maioria dos sistemas de telecomunicações ou comunicações do mundo. O papel do setor privado está na manufatura, de aparelhos televisores ou telefônicos. Acesso Universal (*Common Carriage*) tem a característica de uma regulamentação completa das atividades de comunicação pelo Estado em regime de monopólio. Difere do modelo anterior, por que cabe, ao setor privado a propriedade do sistema de comunicação.

Este sistema é um monopólio em que o Estado arbitra a natureza do serviço, suas tarifas, garante o acesso universal e define e fiscaliza as empresas que participarão do monopólio na garantia do serviço público designado pelo Estado. Fiduciário Público (*Public Trustee*) o papel do Estado está na definição do fiduciário, concedendo licenças em confiança e definindo alguns aspectos do serviço. O setor privado é o proprietário e o gestor das comunicações em um sistema de competição limitada. Livre Mercado (*Laissez-Faire*) é o regime de competição livre onde o Estado pouco interfere, com regulamentação mínima sobre o negócio, deixando que a livre competição garanta a qualidade do serviço. Infraestrutura de Comunicação aberta (*Open Communication Infrastructure*), definido pela ação do Estado na manutenção da competição e na alocação de espectro e o papel do setor privado estaria na propriedade e na gestão em regime competitivo, não é um modelo tradicional de comunicação, mas sim, uma proposta dentro do modelo competitivo de caráter liberal (SANTOS 2007 p. 55).

Tudo isso redundou, particularmente no terceiro mundo, na delimitação do tamanho do Estado; redefinição do seu papel regulador; recuperação da governança; aumento na governabilidade (JAMBEIRO, 2007. p. 108).

TRANSNACIONALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO: PROCESSOS GLOBAIS

O processo de liberação e facilitação do mercado é responsável por transformar socialmente os países. Este processo teve início na década de 1962 e foi intensificado em 1990 por alguns países que apresentaram formas de inserção na globalização mais ativas. No entanto, outros optaram por atribuir aos mercados a determinação de suas variáveis

essenciais, inserindo-se, assim, passivamente na economia mundial (AMADO; CARUSO, 2011, p. 475).

A liberação das transações internacionais foi um dos fatores que contribuíram para interdependência global dos mercados financeiros. Essa nova liberdade financeira, permitiu que se mobilizasse capital de todas as fontes de qualquer lugar para ser investido em qualquer lugar (CASTELLS, 2002, p.145).

Nos EUA, entre 1980 e fins da década de 1990, os investimentos de fundos de pensão, fundos mútuos e investidores institucionais cresceu num fator de 10 e, em 1998 a capitalização da bolsa de valores nos EUA chegou a 140% do PIB (CASTELLS, 2002, p. 145).

Para que esta liberação do mercado se tornasse possível, a globalização foi-se preparando em dois processos, internacionalização e transnacionalização. A internacionalização da economia e da cultura teve início com as navegações transoceânicas, a abertura comercial das sociedades europeias para o extremo Oriente e a América Latina e a conseguinte colonização. Os navios levaram aos países centrais, objetos e notícias desconhecidos na Espanha, Portugal, Itália e na Inglaterra. Já a transnacionalização formou mediante a internacionalização da economia e da cultura, mas que dá alguns passos além a partir da primeira metade do século XX, ao gerar organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusiva nem predominantemente numa nação (CANCLINI, 2007, p. 41).

Com o processo de transnacionalização e a entrada de novas tecnologias, os países abriram seus mercados ao exterior. O crescimento da produção das empresas fez os mercados internos tornarem-se pequeno, fazendo com que os países procurassem novos mercados. Essa transnacionalização derrubou fronteiras políticas, aumentou, de forma significativa, o fluxo ideias e de conhecimento, criou novas culturas, interconectou o planeta. E por fim aumentou a produção de bens e serviços.

A globalização apresentou-se como um processo rápido e intenso de queda das barreiras externas dos mercados internacionais, tanto de mercadorias quanto de capitais, bem como um processo de dessegmentação e liberalização dos vários mercados nacionais, sobretudo, no que se refere à esfera financeira, permitindo a conexão dos vários mercados domésticos: câmbio, moeda, financeiro etc. Os processos de globalização e liberalização estiveram associados a um ganho de importância da esfera financeira em detrimento da esfera real na lógica de acumulação

de capital: financeirização da economia. Este último processo, foi intensificado com a desregulamentação dos mercados financeiros domésticos e com a liberalização observada, na maioria dos países, no que se refere à conta financeira. (AMADO; CARUSO, 2011, p. 476).

Mas, foram necessários os satélites e o desenvolvimento de sistemas de informação, manufatura e processamento de bens com recursos eletrônicos, o transporte aéreo, os trens de alta velocidade e os serviços distribuídos em nível planetário para que se construísse um mercado mundial onde o dinheiro e a produção de bens e mensagens se desterritorializassem, as fronteiras geográficas se tornassem porosas e as alfândegas fossem muitas vezes inoperantes. Os novos fluxos comunicacionais informatizados geraram processos globais ao se associarem a grandes concentrações de capitais industriais e financeiros, com a flexibilização e eliminação de restrições e controles nacionais que limitavam as transações internacionais (CANCLINI 2007, p. 42).

A globalização na comunicação encurtou distâncias e integrou os diversos setores da sociedade, tais como: cultura, economia e política. Foi possível construir produtos simbólicos globais, sem ancoragens nacionais específicas, ou com várias ao mesmo tempo. Além de ser possível, exportar filmes e propagandas televisivos de um país para o outro. Essas dimensões econômicas, financeiras, migratórias e comunicacionais, tornam a globalização um novo regime do espaço e do tempo (CANCLINI, 2007, p. 43).

NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

O marco do advento das novas tecnologias é a década de 1970. O desenvolvimento e a comercialização do microprocessador dispararam diversos processos econômicos e sociais de grande amplitude. Estes processos abriram uma nova fase na automação industrial. A partir daí a busca por ganhos de produtividade por meio de aparelhos eletrônicos tomou conta do conjunto de atividades econômicas. Neste período, foi inventado o computador pessoal (LÉVY, 1999, p. 31)

O fim do século XX foi marcado por grandes avanços na tecnologia. O uso de outras fontes de energia e materiais, diferentes aplicações na medicina, novas técnicas de produção e tecnologias de transportes são alguns exemplos desses avanços que possibilitaram uma revolução na tecnologia da informação. Tal revolução foi capaz de criar interfaces entre campos

tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida (CASTELLS 2002 p. 68).

A Revolução Tecnológica originou-se e difundiu-se em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. A nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável em diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (CASTELLS, 2002, p.50).

Diferente de qualquer outra revolução, o que a caracteriza a informacional não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o uso. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana.

O uso das novas tecnologias nas duas últimas décadas do século XX passou por três estágios distintos: a automação de tarefas, as experiências de usos e a reconfiguração das aplicações. Nos dois primeiros, o progresso da inovação baseou-se em aprender usando. No terceiro, os usuários aprenderam a tecnologia fazendo, o que resultou na descoberta de novas aplicações (CASTELLS 2002 p. 69).

Desde o início do século XXI, a globalização se constitui como elemento dinamizador da vida das pessoas. As novas tecnologias que levam a informação às distâncias mais remotas com rapidez, eficiência e baixo custo permitem que o indivíduo caminhe no mesmo patamar de importância que outras instituições e organismos, tornando-o capaz de influenciar e modificar a sociedade que até então se conhecia (TAVARES 2012, p.1).

Durante a evolução da globalização, tanto o mercado, quanto o Estado estiveram, em algum momento, no centro das relações tanto nacionais quanto internacionais. Todavia, essa realidade foi se modificando no momento em que, com um maior aprofundamento da globalização, a sociedade foi ganhando força e se colocando em uma posição de maior destaque. Acrescenta-se a isto, o novo processo produtivo da Revolução Industrial que acelerou ainda mais o desenvolvimento da globalização, por demandar “novas e sofisticadas tecnologias que

trouxeram o aspecto informativo”, fortificando os laços transnacionais e “abrindo margem à formação de grupos de pressão” (PEREIRA JUNIOR apud TAVARES, 2012, p. 7).

As novas tecnologias da informação e comunicação engrenaram possibilidades infinitas de organização, mobilização, disseminação e partilha de dados na sociedade da informação (FÁTIMA, 2012, p.1). O rápido crescimento da informática estaria levando a sociedade a um novo patamar, cuja globalização assume um carácter comunicacional-informacional. Isto porque a evolução dos meios de comunicação e das tecnologias permitiu que os fluxos de bens, serviços, pessoas, cultura e informação se intensificassem, possibilitando uma maior integração entre os países e a sociedade ao redor do mundo. Como será exposto no tópico a seguir quando trataremos sobre o ciberespaço.

CIBERESPAÇO

O ciberespaço é um meio e um espaço de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999 p. 17). Deve ser concebido como um mundo virtual global, coerente e independente. Nele são abrigadas megalópoles, ou bancos de dados comerciais e uma infinidade de portais e sites de todas as espécies. O ciberespaço apresenta como principal característica o *valorizar e compartilhar* (SANTAELA. 2004. p.40).

O termo “ciberespaço” indica a abertura de um espaço de comunicação que surge antes dos anos 80 (LÉVY, 1999 p. 197). Na década de 80, a informática começou a fundir-se com as telecomunicações, editoração, o cinema e a televisão. A partir daí, novas formas de mensagens interativas apareceram. Nos anos 90, as tecnologias digitais surgiram com a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, mas também um novo mercado de informação. O ciberespaço surge então a partir do uso de diferentes redes de computadores que se formaram desde o final dos anos 70. Estas redes juntaram-se umas às outras, enquanto o número de pessoas e de computadores conectados à inter-rede começou a crescer de forma exponencial (LÉVY. 1999 p. 31).

O ciberespaço e as ferramentas de comunicação possuem particularidades a respeito dos processos de interação. Há uma série de fatores diferenciais. O primeiro deles é que os atores

sociais que usam tais ferramentas não se dão imediatamente a conhecer. Não há pistas da linguagem não verbal e da interpretação do contexto da interação. É tudo construído pela mediação do computador. O segundo fator relevante são as diversas possibilidades de comunicação permitidas com uso dessas ferramentas. A multiplicidade de ferramentas que suportam a interação, e o fato de possibilitarem que tal interação permaneça mesmo depois que os atores sociais se desconectem do ciberespaço viabilizam, por exemplo, o aparecimento de interações assíncronas. A interação social, no âmbito do ciberespaço, se realiza de duas maneiras: de forma síncrona ou assíncrona. A interação síncrona é aquela que simula uma interação em tempo real. Deste modo, os agentes envolvidos têm uma expectativa de resposta imediata ou quase imediata, pois estão presentes (*online*, através da mediação do computador) no mesmo momento temporal. Já a assíncrona, pois a expectativa de resposta não é imediata. Espera-se que o agente leve algum tempo para responder ao que foi escrito, não que ele o faça de modo imediato. Espera-se que o ator, por não estar presente no momento temporal da interação, possa respondê-la depois (RECUERO, 2009. p. 31).

O ciberespaço tornou-se uma nova forma de organização cooperativa que permite a participação ativa na sociedade a partir de um ponto fixo, seja em sua casa ou em centros locais, não sendo mais necessário se deslocar fisicamente. Os benefícios desta nova forma de organização são muitos: desafogamento dos centros urbanos, melhoria da qualidade de vida, melhoria na circulação de automóveis, redução da poluição, entre outros. O ciberespaço proporcionou uma mudança significativa no hábito e no comportamento das cidades. Seu desenvolvimento colocou em questão a estrutura da comunicação midiática. Tornou-se possível a emissão de mensagens sem que esta fosse produzida pelos grandes meios de comunicação. Uma pessoa pode enviar mensagens para outro grupo de pessoas, participar de fóruns de debates entre especialistas, e filtrar o dilúvio informacional de acordo com seus próprios critérios, sem precisar do intermédio da mídia tradicional (LÉVY, 1999 p. 192).

NOVA CONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

A mídia do século XXI é caracterizada pela possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras, e de acesso à informação sem precedente na história humana. Esta nova mídia vem substituindo e absorvendo o antigo sistema das mídias estruturado pela edição em papel, pelo cinema, pelos jornais, pelo rádio e pela televisão. No início dos anos 2000, o

crescimento das plataformas de mídias digitais resultou em uma transformação radical da esfera pública.

Elas estenderam e democratizaram a liberdade de expressão, por pelo menos três razões: econômica, técnica e institucional. Econômica, porque se pode publicar textos, imagens, softwares, músicas e dados em geral destinados a uma audiência potencialmente planetária a custo zero ou muito baixa. Técnica, porque o uso das ferramentas digitais de comunicação praticamente não requer mais habilidades de programação ou formatação *HyperText Markup Language (HTML)*. Institucional, pois a publicação não passa mais pela revisão dos conselhos editoriais, redatores, produtores, e demais diretores de canais que controlavam as velhas mídias.

O resultado disso foi uma perda gradual do monopólio dos mediadores tradicionais de informação e cultura, o que obviamente não significa o fim imediato de sua influência. Condicionado pela mídia digital, o espaço público é caracterizado, portanto, não só por uma maior liberdade de expressão, mas também por uma nova oportunidade de escolher as fontes de informação, assim como, por uma nova liberdade de associação no seio de comunidades. A "sociedade do espetáculo" da segunda parte do século XX, dominada principalmente pela televisão, pelas revistas, pelo cinema e pela indústria da música, começou a transnacionalizar a esfera pública e a multiplicar os canais.

A esfera pública do século XXI, dominada pela mídia digital, é decididamente pluralista e transnacional. Além do vídeo, os seus poderes de sedução estética e afetiva dependem ainda de fatores pouco estudados: as interfaces de hardware e software de objetos de comunicação, interfaces de navegação e comunicação na mídia digital (motores de busca, navegadores, ambientes das mídias sociais, "apps", etc.) e, por fim, os jogos online massivos para múltiplos jogadores (LÉVY, 2012 p. 43).

Diante destas transformações na comunicação, Lemos (2009) aponta a existência de um novo panorama: a "nova esfera comunicacional". Essa esfera teria surgido com as redes telemáticas e os computadores e é caracterizada por instrumentos de comunicação com funções pós-massivas e pela emergência de uma cultura das mídias mais conversacional que informacional, já que a troca se dá mais próxima do diálogo do que da recepção (LEMOS 2009. p. 3)

O que caracteriza a novo sistema de comunicação (esfera comunicacional), baseada em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é a sua capacidade de inclusão de todas

as expressões culturais. Em razão de sua existência, todas as espécies de mensagens do novo tipo de sociedade funcionam em modo binário: presença/ausência no sistema multimídia de comunicação. Só a presença nesse sistema integrado permite a comunicabilidade e a socialização da mensagem (CASTELLS, 2002, p. 460).

Esta seria a esfera pública descrita por Habermas, como uma rede de comunicação de conteúdos e posições onde os fluxos de comunicação se convergem e se condensam em forma de opinião pública. Estava aí, então, para Habermas a esfera pública virtual, o espaço de visibilidade pública por onde os atores sociais poderiam circular manifestando sua opinião e com acesso irrestrito à informação. Numa visão habermasiana, a esfera pública, enquanto *locus* da discussão está associada tanto em relação às interações simples como as que ocorrem nos espaços conversacionais da vida cotidiana (MARINHO, 2007, p.5).

O novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e re integram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos (CASTELLS, 2002, p. 461-462).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da maioria das expressões culturais no sistema de comunicação baseado na produção, distribuição e intercâmbio de sinais eletrônicos digitalizados tem consequências importantes para as formas e processos sociais. Por um lado, enfraquece de maneira considerável o poder simbólico dos emissores tradicionais fora do sistema, transmitido por meio de hábitos sociais historicamente codificados: religião, moralidade, autoridade, valores tradicionais, política. De outro, modifica a noção de tempo e espaço e reúne as mais diversas expressões culturais, práticas comunicativas e ações políticas. A nova mídia favorece assim a criação de uma espécie de globalização comunicacional. A nova configuração das comunicações e do exercício de poder constituem então este novo espaço público sem fronteiras, que já não cabe integralmente na definição de Habermas, ainda que mantenha a sua essência.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- CASTELS, M. **A sociedade em rede: do conhecimento a acção política**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- FÁTIMA, Branco Di. **Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação**. *Silva*. 2003: 41.
- FOUCAULT, Michel. **“Genealogia e Poder”**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LEVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Coleção: Epistemologia e Sociedade. Instituto Piaget, 2006.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Coleção Trans. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MORAES, Denis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 5. ed Rio de Janeiro (RJ): Record, 2010. 414p. Classe 008 - Cultura.
- NASCIMENTO, J. W. A. Melo, M. O. & BEZERRA, A. D. N. (2012). **A “Primavera Árabe” e o uso político da técnica: dos sites de relacionamento para as ruas no caso egípcio**. *Revista de Geopolítica*, v3 n 2, 153-162.
- RAMOS, Murilo César Ramos. & SUZY, dos Santos. **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas / Murilo César Ramos e Suzy dos Santos (orgs.)**. – São Paulo: Paulus, 2007. – (Coleção Comunicação).
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor**. Paulus: São Paulo, 2004.
- SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua: Repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do twitter**. Paulus: São Paulo, 2010.

AMADO, Adriana Moreira and CARUSO, Paulo Rodrigo de Santana e. **Liberalização, vulnerabilidade financeira e instabilidade: algumas considerações sobre a economia brasileira**. *Econ.soc.* [online]. 2011, vol.20, n.3, pp. 475-499. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182011000300002>. Acessado em: 30/04/2014.

DANNER, Fernando. **A Genealogia do Poder em Michel Foucault**. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf . Acessado em 24/04/2014.

LEMOS, A. 2009. Nova Esfera Convecrcional. In: A. K. DIMAS; SILVERIRA, D.A; S.A., et al. Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers. ISBN 9788576502432, p. 9 – 30.

LEMOS. Lúcia. **O poder do discurso na cultura digital: o caso Twiter**. Artigo apresentado na 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso (JIED), realizada em Maringá (PR), em março/2008. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/jied/pdf/O%20PODER%20DO%20DISCURSO%20NA%20CULTURA%20DIGITAL%20lemons.pdf> Acesso em : 24/05/2014

LEVY, Pierre. **A Esfera pública do século XXI**. Disponível em: <http://www.moodle.ufba.br/file.php/11/artigo-pierre-levy.pdf%E2%80%8E>. Acessado em: 01/04/2014.

MARINHO, Carla Azeredo Ribeiro. **Ciberpolítica: do debate na esfera pública à disputa do poder**. 2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=247&Itemid=99999999. Acessado em: 30/01/2014

SANTOS, Patricia Basseto dos. **Ciberativismo tunisiano: a revolução que vem das Redes – um relato documental interativo sobre a Desterritorialização ideológica**. Disponível: http://www2.faac.unesp.br/celacom/anais/Trabalhos%20Completo/GT1%20Pensar%20e%20Comunicar%20a%20Am%C3%A9rica%20Latina/72.Patricia%20Basseto_CIBERATIVISMO%20TUNISIANO.pdf. Acessado em: 15/05/2014.

TAVARES, Viviane Brunelly Araújo. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional**.(2012). Disponível em: <http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>. Acessado em: 22/04/2014.